

Domingo, 14 de Dezembro de 2025

Polícia Federal e CGU Investigam Irregularidades em Leilão da Conab para Compra de Arroz Importado

A Polícia Federal instaurou um inquérito para apurar possíveis irregularidades no leilão realizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para a compra de arroz importado. A ação foi tomada após a própria Conab solicitar a investigação devido a denúncias de que empresas sem histórico no mercado de cereais venceram o processo seletivo.

O governo federal decidiu anular o leilão realizado neste mês, motivado por indícios de falta de capacidade técnica e irregularidades nas empresas vencedoras. A compra emergencial foi anunciada pelo Executivo para conter o aumento dos preços do arroz, afetados pela calamidade climática no Rio Grande do Sul.

Entre as empresas vencedoras do leilão, a maior compradora é um estabelecimento em Macapá (Amapá) especializado na venda de leite e laticínios. Outra empresa é de um empresário de Brasília, que admitiu à Justiça ter pago propina para obter um contrato com a Secretaria de Transportes do Distrito Federal.

Além da Polícia Federal, a Controladoria-Geral da União (CGU) também investigará possíveis irregularidades no processo de importação de arroz a pedido da Conab. A companhia conduz ainda uma apuração interna por meio de sua Corregedoria para esclarecer os fatos.

O ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, afirmou em um evento no Rio de Janeiro que o governo cancelou o leilão por não ter "compromisso com o erro" e anunciou que um novo certame será realizado pela Conab. O caso levou à demissão do secretário de Política Agrícola, Neri Geller.

Reportagem do site The Agribiz revelou que a Bolsa de Mercadorias de Mato Grosso (BMT) e a Foco Corretora de Grãos, criadas no ano passado por Robson Luiz de Almeida França, ex-assessor de Neri Geller, intermediaram a venda de quase metade do arroz importado no leilão. O filho de Geller, Marcelo Piccini Geller, é sócio em outro empreendimento de França.

"Nós fomos surpreendidos, com as notícias pela imprensa, de uma tendência de informação privilegiada ao ter, no secretário de Política Agrícola, um vínculo familiar entre o presidente da Bolsa de Mercadorias do Mato Grosso além de corretora. Ora, não temos compromisso com o erro, infelizmente", afirmou Fávaro no FII Priority Summit, no Rio de Janeiro.

Em entrevista à Folha, Geller chamou o leilão de "erro político" e afirmou que as denúncias foram ampliadas para atingi-lo. "A forma com que foi conduzido [o leilão para a importação de arroz] foi um equívoco, gerou uma reação muito forte da oposição e do setor produtivo, instabilidade no Congresso. Se eu pedisse demissão, estaria assumindo uma parcela de um erro político que não é meu", declarou.

Geller disse que o intermediário do leilão deixou de ser seu assessor em 2020 e que França já atuava no setor antes de ele entrar no ministério. Acrescentou que a empresa do ex-auxiliar com seu filho foi aberta, mas nunca operou. "É justo que os órgãos de controle fiquem de olho, mas não tem uma vírgula errada. Não posso coibir um ex-assessor meu de realizar a atividade dele. O erro deles, do meu filho também, foi nunca ter dado baixa na empresa, aí não teria dado todo esse imbróglio", afirmou.